

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 00004/2025

### PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 90010/2025

#### PROCESSO Nº 59580.000699/2025-33-e

#### ITENS 04, 16, 17, 19, 21, 22, 25 e 27

Aos 06 de março do ano de 2026, a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto Social da CODEVASF aprovado pelo Decreto nº 11.252/2022, e alterado pelas Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 13 de abril de 2017, de 08 de agosto de 2017, de 23 de março de 2018 e de 21 de fevereiro de 2020 e pelas Atas da Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2018 e de 18 de abril de 2019, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo **Sr. CLOVIS LUIS PAZ OLIVEIRA**, Superintendente Regional da Codevasf, nomeado pela Decisão nº 300, de 14 de março de 2023, e de acordo com a Lei nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90010/2025**, com o objeto detalhado nesta Ata, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União em 11/03/2026, seção 3, p. 79 e, homologado pela Resolução nº 297, de 06/03/2026, da Diretoria Executiva da Codevasf, constante do Processo nº **59580.000699/2025-33-e**, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **D.FEDERAL COMERCIAL DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ nº 51.950.917/0001-98**, com sede no Centro Comercial, Bloco D, Loja 28 Parte, Centro Comercial do Cruzeiro, Bairro Cruzeiro Velho, Brasília/DF – CEP:70.640-543, telefone nº (61) 9-9647-8354, E-mail: [dfederaldf@gmail.com](mailto:dfederaldf@gmail.com), representada por seu representante legal, Sr(a). WELLYNGTON DE ASSUNÇÃO E SILVA, CPF nº \*\*\*. 776.881-\*\* atendendo às condições previstas no Edital e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual fornecimento, por Sistema de Registro de Preços - SRP, transporte, carga e descarga de máquinas,



equipamentos e materiais de uso em atividades de panificação, processamento de frutas, açaí e leite, fabricação de farinha, comércio de produtos da agricultura familiar e economia criativa, com vistas a apoiar a estruturação de arranjos produtivos, em diversos municípios da área de atuação da 8ª Superintendência Regional da Codevasf 8ª/SR, no estado do Maranhão, especificado no item 01 do Termo de Referência, Anexo I, do edital de Pregão nº **90010/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR GLOBAL (EM R\$)
04	Forno Industrial para panificação a gás, inox, base de ferro, corpo em aço inox, termômetro para regulagem de temperatura, capacidade de, no mínimo, 08 assadeiras de 58x68cm (incluindo as assadeiras). Garantia mínima de 12 meses	UN	10	R\$ 7.547,00	R\$ 75.470,00
16	Ensacadeira semi-automática com motor monofásico, 220 volts. Utilizada para ensaque de farelos ou farinhas. Confeccionado em aço inox apenas nas partes do equipamento que ficam em contato com o produto ensacado, com tubo laminado, espessura de chapa 2,65 mm e o helicóide interno laminado. Moega de 345 litros (3 sacos de 60 kg), plataforma de pesagem com capacidade para sacaria de até 60 Kg e produção de no mínimo 2 sacas por minuto. Composta por motor de acionamento simples, potência mínima 2CV. Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Garantia mínima de 12 meses.	UN	29	R\$ 35.223,00	R\$ 1.021.467,00
17	Ensacadeira semi-automática com motor monofásico, 220 volts. Utilizada para ensaque de farelos ou farinhas. Confeccionado em aço inox apenas nas partes do equipamento que ficam em contato com o produto ensacado, com tubo laminado, espessura de chapa 2,65 mm e o helicóide interno laminado. Moega de 345 litros (3 sacos de 60 kg), plataforma de pesagem com capacidade	UN	01	R\$ 35.223,00	R\$ 35.223,00



	para sacaria de até 60 Kg e produção de no mínimo 2 sacas por minuto. Composta por motor de acionamento simples, potência mínima 2CV. Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Garantia mínima de 12 meses.				
19	Conjunto tanque em aço inox AISI 304, chaparia de espessura 1,5mm, pés em tubo industrial aço inox AISI 304 polido de 1.1/2 x 2,0mm com tampão de polietileno, soldado pelo processo TIG com acabamento sanitário, capacidade mínima de 180 litros. Cesto com alça e com furos de 6,35 mm, com as dimensões de 580mm diâmetro e 600mm de altura e, saída com registro 3/4 inox. Garantia mínima de 12 meses.	UN	20	R\$ 2.250,00	R\$ 45.000,00
21	Despolpadora de frutos em aço inox AISI 304, com motor monofásico, capacidade de produção mínima de 300 kg/hora, soldada pelo processo TIG com acabamento sanitário, sistema de peneiramento de polpa utilizando-se de duas peneiras filtro e refino, controle de rotação eletrônico, com cavalete e conjunto de peneiras, 220V. Padronização visual conforme Edital. Garantia mínima de 12 meses.	UN	09	R\$ 10.149,00	R\$ 91.341,00
22	Despolpadora de frutos em aço inox AISI 304, com motor monofásico, capacidade de produção mínima de 300 kg/hora, soldada pelo processo TIG com acabamento sanitário, sistema de peneiramento de polpa utilizando-se de duas peneiras filtro e refino, controle de rotação eletrônico, com cavalete e conjunto de peneiras, 220V. Padronização visual conforme Edital. Garantia mínima de 12 meses.	UN	01	R\$ 10.149,00	R\$ 10.149,00
25	Seladora de pedal construída em aço inox AISI 304, barra de selagem mínima de 30 cm e espessura mínima da solda de 2mm, com mesa de apoio em aço carbono com pintura epóxi. Bivolt. Garantia mínima de 12 meses.	UN	20	R\$ 880,00	R\$ 17.600,00
27	Máquina de Branqueamento construída em aço inox. 220 volts. Nas dimensões (0,60 m x 0,50 m), capacidade mínima 10 L. Com temperatura regulável da água a 85°C, controle de temperatura e relógio digitais. Acompanha cesto para imersão furado com alça, totalmente em aço inox. Resistência, protetor de resistência, isolamento térmico feito em lâ de vidro com barreiras de alumínio.	UN	10	R\$ 2.200,00	R\$ 22.000,00



Lâmpada sinalizadora. Aterramento. Porta para manutenção, dreno e registro. Garantia mínima de 12 meses				
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$</b> <b>1.318.250,00</b>

Valor total referente aos **Itens 04, 16, 17, 19, 21, 22, 25 e 27: R\$ 1.318.250,00** (Um milhão, trezentos e dezoito mil, duzentos e cinquenta reais).

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador será a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF** – 8ª Superintendência Regional da Codevasf.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que estejam enquadrados no art. 1º da Lei 13.303/2016 e que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pela Codevasf).

4.1.1. É facultada aos órgãos ou entidade da Administração Direta Municipal, Distrital ou Estadual a adesão às Atas de Registro de Preços da Codevasf, devendo apresentar parecer favorável de sua Assessoria Jurídica.

4.1.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.1.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este



fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

- 4.1.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.1.6. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 4.1.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.
- 5.2. A existência de preços registrados não obriga a CODEVASF a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou implementos em igualdade de condições.

## **6. DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

- 6.1. Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº **90010/2025** e seus anexos.

## **7. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

- 7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) ou na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados

7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2. Na hipótese prevista no item 7.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 16, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor



requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 7.3.1. Para fins do disposto no item 7.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação aplicável.
- 7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 7.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 16, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no item 7.3 e subitem 7.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.3.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16

## **8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
  - a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;



- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.3.2; ou
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Na hipótese prevista na alínea d) do item 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a) por razão de interesse público;
  - b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
  - c) ou se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 7.2.3 e 7.3.4.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



- 9.1. O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 23 do Edital nº **90010/2025**, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.
- 9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências abaixo, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou ser declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

## **10. DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO**

- 10.1. A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Diretor-Presidente da Codevasf, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 11.1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº **90010/2025**, seus anexos, e a proposta da empresa vencedora, conforme identificada no preâmbulo, para os itens relacionados no item 2 desta Ata para certame supramencionado.



- 11.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 11.3. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Luís - MA, será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 11.4. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf e demais normas aplicáveis.

São Luís-MA, **06 de março de 2026.**

---

**CLOVIS LUIS PAZ OLIVEIRA**

Superintendente Regional

Codevasf-8ª/SR

---

**WELLYNGTON DE ASSUNÇÃO E SILVA**

D.Federal Comercial de Materiais e Equipamentos LTDA

CNPJ nº 51.950.917/0001-98



End.: Av. Senador Vitorino Freire, nº 48, Areinha CEP 65.030-015 - SÃO LUÍS - MA



Tel.: (98) 3198-1341/1343

www.codevasf.gov.br e-mail: [8a.sl@codevasf.gov.br](mailto:8a.sl@codevasf.gov.br)